

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA-RS

BRAZ DO AMARAL, Gilson¹; DREISSIG, Daiana²; MAIA RIBEIRO, Bruna
Letícia da³; RAACH, Bernardo⁴; ZVOBOTER, Máira Eduarda⁵.

¹* FAHOR, Mestre Curso de Ciências Econômicas, Horizontina-RS, Brasil.

² FEMA, Graduada Curso de Direito, Santa Rosa-RS, Brasil.

³ FAHOR, Curso de Ciências Econômicas, Horizontina-RS, Brasil.

⁴ FAHOR, Curso de Ciências Econômicas, Horizontina-RS, Brasil.

⁵ FAHOR, Curso de Ciências Econômicas, Horizontina-RS, Brasil.

*Autor Correspondente: amaralgilsonb@fahor.com.br

RESUMO

A presente pesquisa objetiva coletar e analisar dados para identificar se houve concentração de terras no município de Horizontina-RS. Além da pesquisa bibliográfica e histórica sobre agricultura e concentração de terras, e coleta de dados do Censo Agropecuário (1995 a 2017), a metodologia empregada é a submissão destes referidos dados ao Coeficiente de Gini, método utilizado para cálculos de concentração de terras. Bem como responder ao problema de pesquisa, enfatizado o cenário municipal, o presente estudo propiciou a comparação entre a concentração de terras municipal, estadual e federal. Com fundamento nos resultados da pesquisa, sugere-se o fomento de articulações de políticas públicas, a proposição de novos estudos sobre características, necessidades e possibilidades no âmbito da agricultura.

Palavras chave: Agricultura, Concentração de Terras, Horizontina-RS.

LAND CONCENTRATION ANALYSIS IN THE CITY OF HORIZONTINA-RS

ABSTRACT

This research aims to collect and analyze data to identify whether there was a concentration of land in the municipality of Horizontina-RS. In addition to bibliographic and historical research on agriculture and land concentration, and data collection from the Agricultural Census (1995 to 2017), the methodology used is the submission of these data to the Gini Coefficient, a method used for land concentration calculations. As well as responding to the research problem, emphasizing the municipal scenario, the present study provided a comparison between the concentration of municipal, state and federal land. Based on the results of the research, it is suggested the promotion of public policy articulations, the proposition of new studies on characteristics, needs and possibilities in the scope of agriculture.

Keywords: Agriculture, Land Concentration, Horizontina-RS.

1 INTRODUÇÃO

Atentando-se à relevância que a agricultura possui para o cenário econômico mundial, mas também do Brasil e do Rio Grande do Sul, a presente pesquisa tem como tema a concentração de terras, com recorte específico ao município de Horizontina-RS. Dessa forma, o objetivo geral é coletar e analisar dados que oportunizem responder ao problema de pesquisa, que é identificar se houve concentração de terras no município de Horizontina-RS.

Para tanto, serão utilizados dados de pesquisas governamentais, com destaque ao Censo Agropecuário. Essa base de dados é fornecida com maiores especificações em relação aos municípios a partir de 1995, razão pela qual o recorte temporal é entre os anos de 1995 e 2017, ano do último Censo – considerando também que a pesquisa censitária do corrente ano ainda não ocorreu. Além da pesquisa bibliográfica e histórica sobre agricultura e concentração de terras, o método para processamento e análise das informações é o Coeficiente de Gini, muito utilizado para mensuração da concentração de terras.

Obtido o resultado da pesquisa, possibilita-se maior compreensão do cenário agrícola municipal, a partir do que podem ser fomentadas articulações de políticas

públicas, além da proposição de novos estudos sobre características, necessidades e possibilidades evidenciadas pela presente pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio vem assumindo importância no crescimento econômico brasileiro – em 2018 o montante de bens e serviços gerados pelo agronegócio chegou a R\$ 1,44 trilhão (21,1% do Produto Interno Bruto brasileiro) (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2019).

Até meados do século XX, a produção agrícola brasileira era modesta, sem uso de tecnologias de maquinários e de informações, propriamente. Conforme a Embrapa, entre 1950 e 1960, menos de 2% das propriedades agrícolas contavam com maquinários. Diante do processo de industrialização do país, o governo brasileiro estabeleceu políticas públicas para impulsionar a produtividade agrícola (EMBRAPA, 2020):

Alves e Pastore (1980) assim caracterizaram a política agrícola então formulada: a) voltada para a produção; b) contando com o aumento de área e principalmente da produtividade para garantir a sustentabilidade; c) preços mínimos, crédito, pesquisa e extensão viabilizariam a modernização; e d) a reforma agrária teria caráter limitado a regiões onde a estrutura agrária fosse impeditiva da modernização. (ALVES E PASTORE *apud* CAMARGO BARROS, 2014, p. 90)

Políticas macroeconômicas de estabilização (como controle de inflação e melhores taxas de câmbio) foram decisivas para que, a partir de 1990 houvesse um considerável crescimento do setor agrícola, de maneira que entre 1990 e 2017 o saldo da balança agrícola brasileira aumentasse quase dez vezes (EMBRAPA, 2020). De acordo com a Embrapa, em 2016 o agronegócio foi responsável por 23% do PIB e 46% do valor de exportações e, em 2017, empregou 19 milhões de pessoas (EMBRAPA, 2020).

De acordo com o IBGE, o setor da agricultura cresce em torno de 3,7% ao ano, desenvolvendo vários tipos de produção, sendo os mais ofertados: grãos (soja, milho, trigo, arroz), açúcar, etanol, carnes e café (IBGE, 2020). Assim, o setor agrícola passou a ter um papel estratégico na economia brasileira, por contribuir com abastecimento interno de alimentos e matérias primas, além da produção para exportação. Para Contini, o crescimento significativo do desempenho agrícola e agroindustrial brasileiro, inclusive no setor de exportações, faz com que o Brasil esteja se tornando a “nova fazenda do mundo” - o que traz grandes oportunidades e responsabilidades ao país (CONTINI, 2014, p. 150).

A relevância da atividade agrícola para o Brasil justifica seu estudo, como é o caso da presente pesquisa. A busca e ampliação do conhecimento sobre agricultura possibilita seu aprimoramento, através do desenvolvimento de tecnologias e qualificação da mão-de-obra, proposição de políticas e subsídios e, com isso, direta e indiretamente beneficia a sociedade em geral.

2.2 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil tem origem histórica, que remonta ao período colonial (FURTADO, 1989). As capitâneas hereditárias, distribuídas no período do Brasil Colônia, foram os primeiros latifúndios (grandes propriedades rurais) do nosso país. As terras coloniais foram divididas em quinze grandes lotes entre doze donatários.

A partir de 1530 a expansão da lavoura açucareira promoveu a continuidade da concentração de terras, baseada na monocultura, escravização e produção voltada à exportação. Esse sistema foi denominado *plantation* (MORISSAWA *apud* ALCANTARA FILHO; OLIVERA FONTES, 2009). Durante o Brasil colonial e mesmo após a implementação do Império, a concessão de terras foi frequentemente utilizada pelo Estado como moeda de troca em meio às ebulições sociais e ainda para reforçar a delimitação fronteira do território nacional, isso por meio das chamadas *sesmarias* (NOZOE, 2006).

Em 1850, a Lei de Terras (Lei Nº 601) determinou que as terras públicas só poderiam ser adquiridas por meio da compra em hasta pública (ALMEIDA, 2016). Com ela, os escravos libertos, pessoas sem recursos e imigrantes europeus recém-chegados

ficaram sem direito às terras livres. Estas terras foram compradas por abastados proprietários rurais que já possuíam grandes propriedades, que assim reforçaram seus privilégios, ainda contando com um grande contingente de trabalhadores vindos das populações menos favorecidas. Dessa forma, tem-se que a concentração fundiária se deu por meio de uma política agrícola de benefício aos latifundiários, aumentando a concentração de terras, pois os pequenos proprietários (minifúndios) se desfazem de suas propriedades por causa das dificuldades financeiras que encontram para produzir e sobreviver¹.

A compreensão do processo de concentração fundiária no Brasil está ligada ao surgimento das práticas censitárias nacionais, que são políticas públicas voltadas ao mapeamento e caracterização, e conseqüentemente, ao entendimento do território brasileiro. A presente pesquisa fez uso desta base de dados, especialmente o Censo Agropecuário, voltado ao entendimento do ambiente rural.

3 METODOLOGIA

Além da pesquisa bibliográfica e histórica, para mensuração da concentração de terras utilizou-se o Coeficiente de Gini, que recebe este nome porque desenvolvido pelo matemático italiano Corrado Gini. É uma ferramenta utilizada para mensurar especialmente a concentração de renda (WOLFFENBÜTTEL, 2004), embora possa ser aplicada para aferir outras espécies de distribuição, como concentração de terras (IPECE, 2020, p. 03) – que é o objetivo da presente pesquisa. Para cálculo do índice, segundo Costa (1979), pode-se aplicar a seguinte fórmula:

Figura 1: Fórmula para o cálculo do Índice de Gini

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1})$$

Fonte: COSTA, 1979.

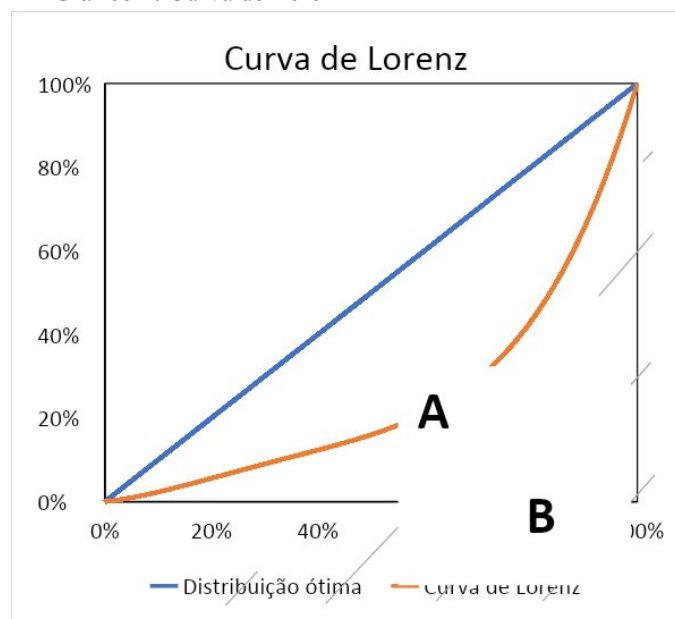
Nesse cálculo X_i é a percentagem acumulada da população (no caso, o número de estabelecimentos rurais em seus respectivos grupos de área) até o estrato i ; X_{i-1} é a

¹ No Brasil a modernização aconteceu de maneira desigual e com tendência a concentrações. Essa modernização desigual fez surgir um progresso “bifronte” no padrão agrícola brasileiro, no qual são encontrados produtores com apropriação e acesso às mais modernas cadeias produtivas, e por outro lado, observa-se produtores com aplicação tecnológica já defasada, produzindo somente para a sua subsistência (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

porcentagem acumulada da população até o estrato anterior ao estrato i ; Y_i é a porcentagem acumulada da área de terras para cada um dos grupo selecionados até o estrato i ; Y_{i-1} é a mesma porcentagem acumulada até o estrato anterior ao estrato i ; e n corresponde ao número de estratos observados.

Este coeficiente foi desenvolvido a partir da aplicação e adaptações da chamada Curva de Lorenz, a qual procura matematicamente representar um cenário onde as distribuições estatísticas seriam ótimas:

Gráfico 1: Curva de Lorenz



Fonte: Autores, 2020.

Por meio desta abordagem, o coeficiente de Gini representa a relação entre a área A e a área do triângulo retângulo $A+B$. Deste modo, é possível verificar que, quanto mais próximo o coeficiente for de 0, mais próxima a série de dados estará da distribuição ótima. Por outro lado, quando mais próximo de 1, estará ampliando a discrepância, denotando que existe uma maior concentração (COSTA, 1979). Apropriando-se da classificação desenvolvida por Câmara (1949), podemos definir os diferentes graus de concentração conforme a escala demonstrada abaixo:

Tabela 1: Concentração da Terra, segundo valores do Índice de Gini

Índice de Gini	Classificação
----------------	---------------

0,000 a 0,100	Concentração Nula
0,101 a 0,250	Concentração nula a Fraca
0,251 a 0,500	Concentração Fraca a média
0,501 a 0,700	Concentração Média a Forte
0,701 a 0,900	Concentração Forte a Muito Forte

Fonte: Câmara, 1949.

Os dados empregados foram obtidos a partir dos Censos Agropecuários², de 1995, 2006 e 2017, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de forma virtual. Para tal, utilizou-se a estratificação do número de estabelecimentos rurais conforme grupos de área, associando-os ao total de área correspondente.

4 RESULTADOS

No município gaúcho estudado, qual seja, Horizontina-RS, a colonização deu-se em 1927, com distribuição de terras em formato de colônias de aproximadamente 25 hectares cada (MOUSQUER *apud* JAGNOW; JURACK; STOFFEL, 2012, p. 06). Atualmente, e de acordo com informações do Setor de Blocos de Produtor Rural do Município de Horizontina, existem aproximadamente 1.500 agricultores com Bloco de Produtor no município (JAGNOW; JURACK; STOFFEL, 2012, p. 06).

De acordo com os dados levantados, foi possível observar a configuração do cenário fundiário do município de Horizontina-RS, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2: Cenário fundiário do município de Horizontina-RS

Grupos	Ano de 2017			
	Nº de Estabelecimentos	%/Total	Área (ha)	%/Total
Produtores sem terra	-	-	-	-
Até 1 ha	11	1,2%	5	0,03%

² O censo agropecuário é uma pesquisa essencial para conhecer a agropecuária de cada região (cidade, estado ou país). Através do Censo são levantadas informações sobre os tipos de estabelecimentos e empreendimentos agrícolas e suas características, como extensão territorial, atividades desenvolvidas, tipo de mão-de-obra empregada, tecnologias aplicadas, entre outras (IBGE, 2020).

De 1 a menos de 2 ha	42	4,6%	54	0,3%
De 2 a menos de 5 ha	179	19,8%	573	3,3%
De 5 a menos de 10 ha	216	23,9%	1.475	8,5%
De 10 a menos de 20 ha	220	24,3%	3.032	17,4%
De 20 a menos de 50 ha	170	18,8%	4.993	28,6%
De 50 a menos de 100 ha	44	4,9%	3.046	17,5%
De 100 a menos de 200 ha	15	1,7%	2.108	12,1%
De 200 a menos de 500 ha	8	0,9%	2.143	12,3%
De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-	-
Mais de 1.000 ha	-	-	-	-
TOTAL	905	100,0%	17.429	100,0%

Fonte: Autores, 2020.

As informações anteriores possibilitam compreender que não existem estabelecimentos com uma quantidade de terras superior a 500 hectares, assim como não existem produtores sem-terra. Foi possível identificar ainda, que uma significativa parcela dos estabelecimentos rurais (48,2%) de Horizontina-RS está inserida nos estratos entre 5 e 20 hectares de terra. Em um comparativo histórico, esse grupo sofreu alterações, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3: Evolução do cenário fundiário do município de Horizontina-RS

Grupos	Proporção dos Estabelecimentos (%)		
	<i>2017</i>	<i>2006</i>	<i>1995</i>
Até 1 ha	1,2%	1,8%	0,01%
De 1 a menos de 2 ha	4,6%	3,9%	0,1%
De 2 a menos de 5 ha	19,8%	15,9%	1,7%
De 5 a menos de 10 ha	23,9%	22,5%	8,6%
De 10 a menos de 20 ha	24,3%	31,5%	30,7%
De 20 a menos de 50 ha	18,8%	20,7%	40,3%

De 50 a menos de 100 ha	4,9%	2,8%	9,5%
De 100 a menos de 200 ha	1,7%	0,7%	3,6%
De 200 a menos de 500 ha	0,9%	0,2%	5,4%
De 500 a menos de 1.000 ha	-	-	-
Mais de 1.000 ha	-	-	-
TOTAL	100,0%	100%	100,0%

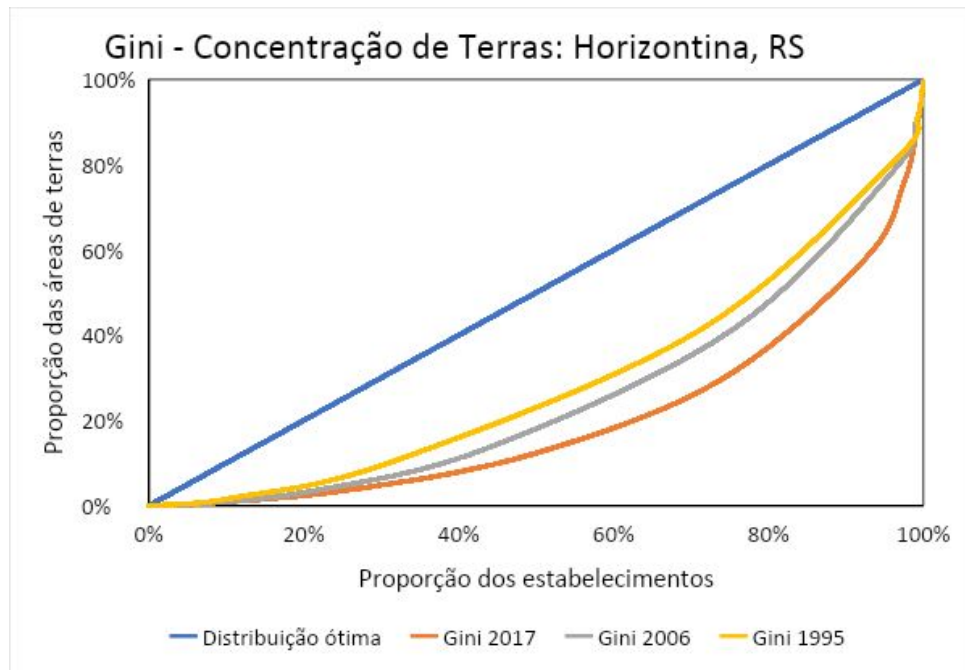
Fonte: Autores, 2020.

É possível observar que as mudanças foram menos sensíveis entre os Censos de 2006 e 2017, no que tange a proporção do número de estabelecimentos rurais, cabendo salientar um aumento da proporção de estabelecimentos com mais de 50 hectares e a diminuição dos estabelecimentos entre 10 e 20 hectares. Tal situação pode ser justificada pela ascensão de alguns produtores de estratos menores para a faixa de maiores de 50 hectares. Esse movimento corrobora uma concentração fundiária local, visto que as fronteiras agrícolas têm se mantido estáveis no âmbito regional.

Há, porém, uma mudança relevante no cenário quando comparados os Censos de 2017 e 1995. Percebe-se que houve diminuição do número de estabelecimentos compreendidos entre 10 e 50 hectares: em 1995, compreendiam 71,1% dos estabelecimentos rurais, já em 2017 representam 43,1%. Essa queda de cerca de 40% levanta questionamentos, pois no mesmo intervalo constatou-se uma elevação no número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, que em 1995 eram 10,4% e passaram a 29,5% em 2017.

Se avaliado que o tamanho do território é importante fator de produção na atividade agropecuária, a diminuição deve ser melhor compreendida quanto à sustentabilidade dos estabelecimentos. Existem algumas hipóteses, dentre elas a de os estabelecimentos ampliarem o valor da produção em propriedades menores, ou, ainda, a de ter havido hibridização entre o trabalho rural e o trabalho assalariado, de modo que a escassez de tempo seria compensada pelo trabalho em propriedades menores – a confirmação das hipóteses sugere uma pesquisa aprofundada. Após a apresentação dos dados tabelados, foi possível construir o Coeficiente de Gini para o município de Horizontina como se segue:

Gráfico 2: Concentração de Terras em Horizontina-RS



Fonte: Autores, 2020.

A partir da Curva de Lorenz, é possível observar que vem ocorrendo um distanciamento da curva de distribuição ótima. Esse fato é indicador de concentração do fator de produção terra. O coeficiente encontrado para o ano de 2017 foi de 0,58, que segundo Câmara (1949) é considerada uma “Concentração Média Forte” (entre 0,51 e 0,70). Tal classificação se torna ainda mais relevante quando comparada aos anos anteriores: em 2006 sendo 0,46, e em 1995 sendo 0,39. Assim verifica-se que o município de Horizontina deixou o nível de “Concentração Baixa Média” (entre 0,25 e 0,50), esclarecendo que em termos de distribuição da propriedade da terra, houve um movimento contrário às políticas públicas de reforma agrária, como por exemplo o Programa Nacional de Reforma Agrária.

É possível ainda, a partir da desagregação do coeficiente, perceber que em 2017 a maior concentração percebida é de que 26,2% dos estabelecimentos rurais possuem 70,5% das terras. Essa concentração era distinta em 1995, sendo que nessa data 29% das propriedades representavam 58,9% das terras. Quando comparado com o Estado e a Federação, o município de Horizontina teve uma aproximação dos níveis globais, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 4: Comparação da evolução na concentração fundiária municipal, estadual e federal

Horizontina, RS			
<i>Ano</i>	<i>2017</i>	<i>2006</i>	<i>1995</i>
<i>Gini</i>	0,580	0,466	0,396
Rio Grande do Sul			
<i>Ano</i>	<i>2017</i>	<i>2006</i>	<i>1995</i>
<i>Gini</i>	0,783	0,769	0,755
Brasil			
<i>Ano</i>	<i>2017</i>	<i>2006</i>	<i>1995</i>
<i>Gini</i>	0,859	0,858	0,850

Fonte: Autores, 2020.

Tais dados revelam o alto índice de concentração tanto do Rio Grande do Sul quanto da Federação. Ambos têm se mantido em patamar estável, revelando que políticas públicas de Reforma Agrária estão longe de surtir efeito em nosso país. Essa constatação é um relevante indicador de que as estratégias, ao menos no tocante à redistribuição das terras, devem ser revistas e melhor vinculadas às realidades existentes, ou mesmo que o objetivo de redistribuir deva ser melhor avaliado.

Por outro lado, quando abordada a situação da concentração por meio do coeficiente de Gini, é possível ainda constatar a concentração por extremos. Desse modo, em 2017 no município de Horizontina verificou-se que os 67 maiores estabelecimentos rurais (7,4% dos estabelecimentos rurais) possuem cerca de 42% das terras. Tal constatação é ainda mais gritante quando comparamos a realidade Estadual e Federal para o mesmo ano, sendo que a nível Estadual os 9% maiores estabelecimentos possuem cerca de 72% das terras e ao nível federal os 9% maiores são proprietários de cerca de 80% das áreas de terras. Cabe salientar que tal condição por si só não explica a condição socioeconômica dos produtores – para tanto, sugere-se a ampliação de estudos focados na produção e renda dos produtores.

Ainda, é válido apontar que, conforme os dados apresentados, em Horizontina 74% das propriedades possuem menos de 20 hectares de terra. Essas pequenas propriedades são comumente denominadas propriedades de Agricultura Familiar,

embora esta deva atender alguns outros requisitos³ além da extensão territorial de quatro ou menos módulos fiscais. Como a determinação de módulo fiscal é de caráter municipal, e tem-se que para Horizontina um módulo fiscal equivale a 20 hectares de terra (INCRA, 2013), sob essa classificação, poderiam ser caracterizados cerca 95% dos estabelecimentos – se considerado apenas o território compreendido.

CONCLUSÃO

Consideradas todas as informações trazidas pela presente pesquisa, como as principais características do município estudado, dados coletados por órgãos governamentais e metodologia e aplicação de cálculo reforçadas por um considerável referencial teórico, além, é claro, da oportuna e necessária análise de dados feita pelos autores, pontua-se, agora, as principais conclusões da pesquisa.

Assim, aponta-se que o cenário rural tem se modificado, havendo uma concentração de terras entre as grandes propriedades e aumento do número de pequenos estabelecimentos rurais – uma explicação possível é a hibridização entre o trabalho rural e o trabalho assalariado, hipótese a ser confirmada por estudos específicos.

A partir dos dados coletados, e aplicado o cálculo do Índice de Gini, observa-se que o município intensifica o movimento de concentração que acontece no Rio Grande do Sul e no Brasil, porque se demonstra de forma mais expressiva, especialmente quando analisadas as informações de 1995 a 2017: no estado, o aumento na concentração de terras foi de 0,028 em 22 anos, e no país, o aumento foi de 0,009 em 22 anos. Em Horizontina, o aumento na concentração de terras foi de 0,184 em 22 anos. Em 2017 verificou-se que os 67 maiores estabelecimentos rurais (7,4% dos estabelecimentos rurais) abarcam 42% das terras.

A concentração de terras é um processo histórico no Brasil, porém segundo a teoria econômica, quando mais diversificada for a configuração de um mercado, geralmente maiores os benefícios aos consumidores – inclusive, observando o recorte temático do presente trabalho, considerando o fato de que quando se fala em setor

³ Art. 3º da Lei 11.326 de 2006: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

agropecuário, remete-se a um importante ambiente onde residem uma parcela significativa de pessoas.

Considerando as necessidades biológicas da agricultura, é inegável a importância da terra para o desenvolvimento dessas atividades. Assim, a concentração de território pode ser prejudicial para a capacidade produtiva dos estabelecimentos e, conseqüentemente, de renda para os produtores rurais. Contudo, é possível também que a diminuição do território seja em razão do tipo de atividade agropecuária desenvolvida, ou mesmo das tecnologias empregadas.

Dessa forma, para compreender quais os aspectos influenciaram e quais são os resultados produtivos do aumento da concentração de terras detectado pela presente pesquisa – em âmbito municipal, estadual e nacional –, instiga-se a elaboração de novos estudos, inclusive que averiguem a distribuição da renda no meio rural. Além disso, sugere-se também a aplicação do presente estudo de forma comparativa aos demais municípios da região.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA FILHO, José Luiz; OLIVERA FONTES, Rosa Maria. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada - Vol. 4 N° 7 Jul-Dez 2009. Acesso em 22 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>

ALMEIDA, Felipe. **Lei de Terras**. Acesso em 20 de maio de 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras>

BRASIL. **Lei 11.326 de 2006**. Acesso em 19 de maio de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?** In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Eds.). A pequena produção rural e as tendências do 135 desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, 2013. p. 29–71.

CÂMARA, L. **A concentração da propriedade agrária no Brasil**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, ago., 1949.

CAMARGO BARROS, Geraldo Sant'Ana de. **Agricultura e indústria no desenvolvimento brasileiro**. In: O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL. **Panorama do Agro**. Acesso em 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>

CONTINI, Elísio. **Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: oportunidades econômicas e responsabilidade mundial**. In: O mundo rural no Brasil do século 21 : a formação de um novo padrão agrário e agrícola / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2014.

COSTA, R. A. **Algumas medidas de concentração e desigualdade e suas aplicações**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 49-77, jan./abril 1979.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Trajatória da Agricultura Brasileira**. Acesso em 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>

FURTADO, Celso. **Pequena introdução sobre o desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1989

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário: O que é?** Acesso em 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Tabela com Módulo Fiscal dos Municípios 2013**. Acesso em 15 de maio de 2020. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Entendendo o Índice de Gini**. Acesso em 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/docs/entendendo-o-indice-gini.pdf>

JAGNOW, Glademir E. B.; JURACK, Inês Isabel; STOFFEL, Janete. **Potencialidades do município de Horizontina**. Acesso em 19 de maio de 2020. Disponível em: https://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2012/POTENCIALIDADES_DO_MUNICIPIO_DE_HORIZONTINA.pdf

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Aposamento de Terras no Brasil Colônia**. Acesso em 15 de maio de 2020. Disponível em:
http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **Índice de Gini - O que é?**. Acesso em 18 de maio de 2020. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23